

# REFLETINDO SOBRE POLÍTICA EDUCACIONAL: A Ausência do Professor e da Pedagogia

Clerivaldo de Souza Santos<sup>1</sup>  
Ivani Almeida Teles da Silva<sup>2</sup>  
Marta Andréa da Silva Pacheco Gomes<sup>3</sup>

## RESUMO

Esse artigo é resultado das discussões da disciplina Políticas Pedagógicas do doutorado em ciências da educação, que teve como objetivo nos apresentar algumas reflexões sobre política educacional. Nesse sentido, buscaremos refletir sobre as ideias defendidas pelo Banco Mundial para os países em desenvolvimento, como essas políticas são percebidas na política educacional adotada por Rui Costa no Estado da Bahia e como a adoção dessas ideias se contrapõe a reflexão de Paulo Freire, na Pedagogia do Oprimido, uma vez que este defende uma pedagogia que habilite o indivíduo como sujeito e transformador do seu espaço.

**Palavras-chaves:** Políticas Educacionais. Educação Libertadora. Banco Mundial. Bahia.

## ABSTRACT

This article is the result of discussions in the Pedagogical Policies discipline of the Doctorate in Educational Sciences, which aimed to present some reflections on educational policy. In this sense, we will seek to reflect on the ideas defended by the World Bank for developing countries, how these policies are perceived in the educational policy adopted by Rui Costa in the State of Bahia and how the adoption

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências da Educação pela Faculdade Interamericana de Ciências Sociais-FICS. Mestre em Ciências da Educação pela Faculdade Interamericana de Ciências Sociais-FICS. Pós-Graduado em Matemática com Ênfase em Informática pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Graduado em Licenciatura em Matemática pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Graduado em Bacharel em Economia pela Faculdade Católica de Ciências Econômicas da Bahia – FACCEBA. Email: clerivaldoss@hotmail.com.

<sup>2</sup> Doutorando em Ciências da Educação pela Faculdade Interamericana de Ciências Sociais-FICS. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. Pós- graduação em Estudos Interdisciplinares de Gênero pela Universidade Federal da Bahia. Pós- graduação em Pedagogia e coordenação pela Faculdade Internacional de Curitiba- Facinter. Pós-graduação em História Afro-brasileira pela Universidade Federal de Brasília- UNB. Extensão em gestão escolar pela Universidade Estadual da Bahia – Uneb e extensão em Educação e Novas Tecnologias pela Universidade Estadual da Bahia. Graduação em História pela Universidade Católica de Salvador- UCSAL Email: ivaniteles@yahoo.com.

<sup>3</sup> Doutoranda em Ciências da Educação pela Faculdade Interamericana de Ciências Sociais (FICS). Mestre em Ciências da Educação pela Faculdade Interamericana de Ciências Sociais (FICS). Especialista em Metodologia do ensino, pesquisa e extensão em Educação pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB). Licenciatura plena em Ciências da Natureza pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduada em Superior em Tecnologia Química pelo Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia-(CENTEC). Email: martaandrea30@hotmail.com

of these ideas opposes the reflection of Paulo Freire, in *Pedagogy of the Oppressed*, since it defends a pedagogy that enables the individual as a subject and transformer of his space.

**Keywords:** Educational Policies. Liberating Education. World Bank. Bahia.

## **INTRODUÇÃO**

Este artigo versa sobre as reflexões apresentadas por Frati (2019), em seu texto, “A intervenção do Banco Mundial nas Políticas educacionais e os desdobramentos na qualidade da educação”, dialogando com o texto de Pereira e Santos (2019), “O escrito, o dito e o feito”, onde os autores apresentam ponderações sobre a política educacional do Governo de Rui Costa, e onde identificamos a adoção de várias medidas que apresentam ideias/orientações defendidas pelo Banco Mundial (BM), em uma política que nega a reflexão sobre os principais entraves para o avanço da qualidade do processo educacional, uma vez que ignora, como bem coloca Frati (2019), pontos que são fundamentais para pensarmos na qualidade da educação: professor e pedagogia.

E por fim, apresentamos considerações de Mühl (2021) sobre livro a *Pedagogia do Oprimido*, no texto, “Ainda Paulo Freire: um ensaio sobre a atualidade da Pedagogia do Oprimido” que nos leva a responder as questões colocadas por Frati (2019) e Pereira e Santos (2019), uma vez que, ao versar sobre a construção do texto de Freire sobre a *Pedagogia do Oprimido*, o autor expõe a preocupação do pensador em desenvolver uma pedagogia que contextualiza o sujeito, o seu processo de vivência, a fim de levar esse indivíduo a consciência e emancipação. E nesse sentido, pedagogia e professor não podem ser ignorados, como são, na ideia de política educacional defendida pelo Banco Mundial, no texto de Frati (2019) e a política de governo de Rui Costa, na Bahia, no texto de Pereira e Santos (2019).

Ao discorrermos sobre esses três textos, que em algum momento, parece trazer questões distintas, procuramos apresentar como eles dialogam entre si, uma vez que oferecem pontos para pensarmos as políticas educacionais, como elas são construídas, quais aspectos elas tem priorizado e ignorado ao adotarem determinadas estratégias. E nesse sentido, escolhemos partir do texto de Frati (2019), que discorre sobre as políticas educacionais gerais do Banco Mundial, seguindo para Pereira e Santos (2019) que apresenta um estudo local, a política educacional de governo de Rui Costa na Bahia e fechamos com Mühl (2021) que

apresenta a atemporalidade das reflexões de Paulo Freire (2021), e que responde as críticas apresentadas pelos dois primeiros autores ao apresentar a importância da pedagogia e do professor dentro do processo educacional.

## **1 A INTERVENÇÃO DO BANCO MUNDIAL NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E OS DESDOBRAMENTOS NA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO.**

O primeiro texto que expomos nesse ensaio é o texto de Frati (2019), “A intervenção do Banco Mundial nas Políticas Educacionais e os desdobramentos na qualidade da Educação. A autora, ao refletir sobre a atuação do Banco Mundial e suas políticas educacionais, nos apresenta alguns aspectos que foram e são apresentados aos países em desenvolvimento como uma receita a ser seguida, a fim de que possam receber os diferentes financiamentos desse organismo internacional. Vale destacar que:

O Banco Mundial se transformou na principal agência de assistência técnica em educação para países em desenvolvimento, e ao mesmo tempo, referencial de pesquisa educativa em âmbito mundial. Assim, passou a apresentar a esses países uma proposta articulada – pacote de medidas e uma ideologia- para melhorar o acesso, a equidade e a qualidade dos sistemas escolares, abrangendo um amplo conjunto de aspectos vinculados a educação, macropolíticas até a sala de aula (FRATI, 2019, p.4-9).

Nesse sentido, a autora apresenta os principais aspectos apresentados nas orientações do Banco Mundial (BM) para se pensar nas políticas educacionais dos países em desenvolvimentos: descentralização e instituições escolares autônomas e responsáveis por seus resultados, convocação para participação dos pais e da comunidade, setor privado e organismo não governamentais, utilização de insumos na educação. Esse último é colocado em uma ordem de importância: 1- biblioteca; 2- tempo de instrução; 3- tarefas de casa; 4- livros didáticos; 5- conhecimentos do professor; 6- experiência do professor; 7- laboratórios; 8 - salário do professor; 9- tamanho da classe.

Nesse último aspecto e ao discorrer sobre a ordem da importância dos insumos, a autora chama a atenção de como as orientações do Banco Mundial, busca minimizar a importância da formação para o professor, estímulos pelo salário, construindo um discurso de compensação por insumos como a adoção de livros, tempo de instrução e tarefas em casa. Para a autora, a BM apresenta um discurso

claro de uma ideia de política educacional de baixo custo, onde se nega a importância do professor, pois:

O livro didático aparece como a via mais fácil e mais rápida, pela análise econômica, de se realizar a reforma educacional. Para o BM, o professor também é considerado um insumo educativo, que em seus estudos empíricos o aponta como elemento caro, complexo e difícil de lidar. Negam o impacto a formação docente sobre o resultado do rendimento escolar e assim na qualidade de educação; a formação docente é vista de forma isolada, ocupando um lugar insignificante entre as prioridades e as políticas, sem atender as mudanças efetivas para a reforma. A intenção do Banco Mundial nas Políticas Educacionais e os desdobramentos na qualidade da educação (FRATI, .2019, p. 4-9).

Centrando-se na análise dos insumos, a autora deixa claro como essas orientações propostas pelo Banco Mundial (BM), demonstram um conhecimento insuficiente do processo educativo, seus conceitos e diferenciações. Ignora-se a relação de educação e capacitação, ensino e aprendizagem, currículo e conteúdo. Não se propõe uma discussão pedagógica, a contextualização dos processos, situações e contextos dos diferentes países. Nesse sentido, ela afirma que pedagogia e professores são retirados da reflexão dos documentos da BM.

Para a autora, essa proposta de reforma propõe uma redefinição do Estado e ao mesmo tempo em que coloca como o seu principal obstáculo: o professor. Uma vez que ela impacta no chão da sala de aula, por colocar como prioridades, aspectos que negam a importância dos sujeitos no processo de construção do ensino – aprendizagem. Ao mesmo tempo, que retira da reflexão da política educacional o olhar sobre o pedagógico. Os insumos escolares são priorizados de forma isolada, considerando o custo/benefício, como veremos na apresentação do texto: O escrito, o dito e o feito.

## **2 O ESCRITO, O DITO E O FEITO: A EDUCAÇÃO BAIANA NOS PRIMEIROS 120 DIAS DO SEGUNDO MANDATO DE RUI COSTA**

Pereira e Santos (2019), em seu artigo: O escrito, o dito e o feito: educação baiana nos primeiros 120 dias do segundo mandato de Rui Costa, tem como objetivo fazer uma análise desse período, comparando o que foi escrito, o que foi dito e o que foi realizado.

Segundo os autores, o Governador Rui Costa, reeleito em 2018, deu sequência ao seu governo, estabelecendo um discurso de prioridade para a educação no seu segundo mandato. Por meio do programa “Educar para

transformar” criado ainda no seu primeiro mandato, o governador tinha como objetivo melhorar os indicadores e aprimorar as ações pedagógicas, a fim de cumprir a meta estabelecida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) de Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 4,3 e retirar o ensino médio do Estado do último lugar.

Para tanto, comprometeu-se com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), Plano de Metas e Compromissos e com o Plano Nacional de Educação (PNE), este último com ações sugeridas pela união. O Programa Educar para Transformar baseou-se em experiências vividas no Ceará, Acre e Goiás, desde 2011. Essas propostas trouxeram em comum, a corresponsabilidade pela educação, demarcando dessa forma, a interferência da iniciativa privada, como parceria para a melhoria dos processos e monitoramento na área educacional.

Outro documento citado é o Plano de Governo Participativo (PGP), cujo objetivo é centralizar a educação para o quadriênio 2019-2022. Esse plano reforça as propostas dos Planos Nacionais e Estaduais de educação, cujas metas são: qualidade pedagógica, valorização de servidores da educação, infraestrutura adequada e gestão escolar democrática. A educação é apresentada nesse documento com papel relevante, pois fortalece a democracia e as relações sociais. Outro ponto forte do documento é a formulação do currículo Bahia. Trata-se de um documento norteador e referencial para as escolas do Estado da Bahia e deve contemplar a contextualização do território, questões de gênero, sexualidade, educação emocional e inclusiva, histórias e culturas afro-brasileira, africana e indígena, dentre outros temas.

No que diz respeito à gestão escolar, o plano ressalta a importância dos investimentos para melhoria da gestão pedagógica e administrativa das escolas. Para o ensino superior o plano prevê ações que buscam ampliar políticas afirmativas de inclusão e permanência dos estudantes que ingressam nas universidades.

Contudo, segundo a autora, os resultados das eleições de 2018, a política educacional na gestão de Rui Costa, sofreu um “golpe” que resultaram em vários impactos imediatos para as orientações apresentadas para a política educacional e seus profissionais. Entre o escrito, o dito e o feito, as orientações da política educacional do estado, assumem outros aspectos de intervenção que buscar cortar gastos, através da redefinição dos papéis dos gestores, ao mesmo tempo em que

condiciona o aumento dos salários dos profissionais da educação aos ganhos dos índices educacionais.

A lei nº 14.032 de 18 de dezembro de 2018, estabeleceu o regime de dedicação exclusiva para diretores e vice-diretores. Muitas escolas sofreram com esse regime, pois houve a diminuição de vice-diretores em unidades escolares grandes, o que acabou sobrecarregando os profissionais que permaneceram, duplicando sua carga de trabalho de servidores da educação.

Outra alteração também questionada foi à lei que alterou a gratificação dos professores, condicionando-os a cursos de aperfeiçoamento e indicadores como permanência e sucesso escolar e a meta anual de desempenho da unidade escolar, onde o docente é lotado, o que reforçou ainda mais a política de responsabilização do professor pelo fracasso ou sucesso do discente. Para acentuar ainda mais essa questão, foi criado o Sistema de Avaliação Baiano da Educação (SABE). Para essa avaliação, foram criados modelos para que fossem seguidos pelos professores e os estudantes, como se fossem atividades pedagógicas que trabalhassem as habilidades e competências suficientes para a realização das provas. O resultado dessas avaliações favorecem um ranking das escolas que conseguiram ou não avançar nesse sistema de avaliação e conseqüentemente melhorar os índices.

Ainda segundo os autores, em busca dessa melhora dos índices, outra estratégia utilizada foi à adoção do processo de militarização de algumas escolas municipais, através da metodologia adotada por esses colégios, que tem como foco a intervenção militar nos aspectos pedagógicos, disciplinares e hierárquicos. Esse conjunto de ações seria responsável por essa melhoria nos índices.

Obviamente que outros aspectos são trazidos pelos autores nessa política educacional apresentada no Governo de Rui Costa, no Estado da Bahia, contudo, ao nos atermos nos dois aspectos das ações para o aumento dos índices e das ações sobre os profissionais da educação, no caso professores e gestores, os autores nos permitem traçar uma relação com o texto de Frati (2019), porque apresenta um discurso governamental que reflete de alguma forma, as ideias sugeridas nas ações defendidas pelo BM, que ignora a importância da pedagogia e do professor no processo educacional. Para estes autores as preocupações com os indicadores sinalizados nos documentos do governo estão diretamente associados a uma política de responsabilização dos professores pelo fracasso ou sucesso do desempenho escolar, em especial nas avaliações externas. O que acaba por

produzir efeitos no cotidiano escolar que comprometem a função social da educação e aumentam as desigualdades. Ao mesmo tempo em que, estabelece um controle sobre o trabalho pedagógico do professor, retirando sua autonomia e a avaliação do processo, não para responder a índices, mas, de forma contextualizada, analisando o conjunto das condições que cercam a educação, construir caminhos possíveis para o processo educativo.

### **3 AINDA PAULO FREIRE: UM ENSAIO SOBRE A ATUALIDADE DA PEDAGOGIA DO OPRIMIDO**

No artigo “Ainda Paulo Freire: Um Ensaio Sobre a Atualidade da Pedagogia do Oprimido”, Eldon Henrique Mühl, autor dessa obra, traz uma análise da importância do Educador Paulo Freire juntamente com a atualidade da principal obra desse educador: Pedagogia do Oprimido.

Na introdução, Mühl, chama a atenção para a comemoração do centenário de nascimento de Paulo Freire e ressalta também que mesmo após o seu falecimento em 1997, o pensamento dele continua repercutindo mundo afora e que já foi considerado como o Rousseau do século XX.

É feita uma leitura do contexto de onde Freire escreveu sua obra, informa que foi escrita de forma artesanal e que a fonte principal decorre dos diálogos e ações das pessoas que atuavam junto com ele cotidianamente. Além disso, o autor detalha a formação de Freire informando os diversos intelectuais que o influenciou.

Mühl, depois de situar os leitores sobre o ambiente em que Freire escreveu sua obra e comentar sobre sua formação, começa a analisar o referido livro e já no seu primeiro capítulo, que traz a figura do opressor e do oprimido e faz um debate dessa relação no mundo da educação, informa que Freire identificou e compreendeu a condição desumana e odiosa do opressor e sua necessidade de criar mecanismos para se manter nesse estado e fazer com que nunca seja descoberto enquanto opressor. Todas essas condições criadas fazem com que o oprimido se sinta impotente pois essa é uma condição necessária à sua exploração. Sobre essa posição de submissão em que o oprimido é forçado a se manter, tem-se que:

Freire discute o processo de desumanização causada pelo opressor a seus oprimidos. Ele relata, que a forma de imposição que o opressor envolve o oprimido, e faz com estes sejam menos, ou seja, vejam-se em condições onde ele precise do seu usurpador (FREITAS, 2013, s.p.).

Neste tópico, ainda é colocado que, para Paulo Freire, a conquista da liberdade e a transformação dessa situação só poderá ocorrer e assim poder lutar, mediante a conscientização do oprimido em se reconhecer nessa situação.

O aspecto metodológico em que Paulo Freire desenvolve em seu livro diz respeito a identificar diversas situações de opressão e das contradições que produz e confronta-las, interpretando e explicando cada debate de modo argumentativo, buscando definir e distinguir claramente os temas e conceitos debatidos na discussão. As categorias antagônicas identificadas por Mühl no seu ensaio são: I - Medo à liberdade e fatalismo x esperança e luta pela autonomia; II - Auto desvalia e inautenticidade x vocação a ser-mais e autenticidade.; III Arrogância e ódio x humildade e amorosidade; IV - Cultura do silêncio e mutismo x dialogicidade e ação cultural para a liberdade e V - Saber prescritivo de dominação x saber popular emancipador.

As concepções que fundamentam a obra de Paulo Freire são identificadas no ensaio de Mühl e a primeira destacada trata-se do estudo da origem e da vocação que o ser humano tem para uma existência livre, destaca ainda que somente o ser humano tem capacidade de ser crítico e de transformar o mundo a sua volta, pois, os outros seres só tem capacidade de adaptação.

Outra concepção implica na compreensão histórica e contextual que é necessária para a formação crítica de educando e educadores apontando, portanto, a necessidade de que a educação parta sempre do contexto e compreensão histórica em que os indivíduos se situam. Essa concepção é mais complexa, pois o ser humano precisa encontrar o sentido da sua existência e da situação em que se encontra uma vez que:

A compreensão de sua historicidade possibilita que o indivíduo se localize em seu contexto e identifique os fatores que determinam sua existência. Pela inserção na história, cada ser humano pode assumir seu papel de sujeito que faz e refaz seu mundo, que cria e recria sua existência (MÜHL, 2021, s.p.).

A pedagogia freiriana traz ainda como referencial necessário para a formação humanizadora e emancipadora, é a dialogicidade referindo-se ao fato de que poder falar, dialogar, dizer a sua palavra constitui condição fundamental para promover a liberdade e conseqüentemente a transformação do indivíduo e do contexto em que vive. Paulo Freire na sua obra ressalta a pedagogia da libertação da humanidade e,

para a emancipação se dará em momentos complementares, porém distintos: primeiro a libertação dos oprimidos, depois e conseqüentemente a emancipação de toda a humanidade. "... o oprimido é o sujeito emancipador do qual nasce a possibilidade da transformação ideológica, social, cultural e política de toda humanidade (MÜHL, 2021, s.p.).

Nesse ponto do seu texto, Mühl faz uma ressalva importante sobre Paulo Freire e diz:

É preciso ressaltar, no entanto, que Paulo Freire não dispensa o conhecimento sistematizado, científico e não desconsidera a importância do rigor do saber produzido. Ao contrário do que alguns críticos ponderam, Freire sempre defendeu o rigor metódico, a necessidade da investigação, a criticidade e o saber emancipador produzido pela humanidade. O que ele rejeitava é o conhecimento autoritário que silencia os oprimidos e reduz ou elimina sua capacidade de resistência; o conhecimento que mantém a conquista, a dominação, a divisão social, a manipulação, e a imposição cultural (MÜHL, 2021, s.p.).

Mühl, finalizando o ensaio, fala que Paulo Freire considerava que nenhum texto é definitivo e completo e que nem uma aula, uma reunião ou qualquer atividade finda com o seu encerramento, mostrando assim, que o processo educacional de libertação é contínuo e inacabado e que as ações ao serem colocadas em prática precisa de reflexão e, se produziu contradições exige uma nova ação e uma nova reflexão.

A obra *Pedagogia do Oprimido* ainda é alvo de críticas e também de mobilizações de educadores e educandos na luta pela transformação da sociedade opressora, porém, continuam também despertando ódio e raiva dos opressores, isso, contudo, revela que a obra de Paulo Freire é denunciadora da maldade e da injustiça que ainda se produz na sociedade, assim finaliza Mühl.

## **CONSIDERAÇÕES**

Os textos nos levam há algumas reflexões sobre as prioridades dispensadas para algumas políticas educacionais no Brasil. No momento em que identificamos que a busca por ranking, ignora completamente ou minimiza as condições e lacunas que se tem construído o processo de educação no Brasil, adotando orientações prontas, como aquelas colocadas pelo Banco Mundial e identificadas na política no governador Rui Costa, que acaba por negar toda reflexão e avaliação do

processo que é defendida por Freire. Educar é um processo constante de reflexão, planejamento e avaliação do fazer pedagógico.

As políticas educacionais devem levar em consideração a importância da formação do educador, uma vez que o mesmo, será aquele capaz de construir o caminho que o aluno, enquanto sujeito do processo, pode se reconhecer como agente do processo de formação. E nesse sentido, os insumos na educação, não podem ser vistos como prioridades, mas coadjuvantes na relação professor/aluno. Frati (2021) nos diz que a grande crítica da política do Banco Mundial é a ausência da pedagogia e do professor, enquanto isso, Freire nos convida a pensar exatamente o contrário: pensaremos em uma nova pedagogia que possibilite ao aluno um exercício constante de sua liberdade e reconhecimento do seu contexto.

Não podemos pensar em uma educação que nega a necessidade da presença de um professor bem formado, capaz de lidar com índices como instrumentos de pesquisa que contribua para pensar nos caminhos para transformação do seu fazer e não apenas para superar ranking, que podem ser alcançados com treinamentos de alunos, que desumaniza, retirando do mesmo, todas as possibilidades de superioridade real das contradições sociais.

## REFERÊNCIAS

FREITAS, Maria Francisca Freire de. **Resumo Crítico Do Livro “Pedagogia Do Oprimido”**. Disponível em: <<https://franfreire.wordpress.com/2013/04/05/resumo-critico-do-livro-pedagogia-do-oprimido>>. Acesso em 19/07/2021.

MÜHL, Eldon Henrique. **Ainda Paulo Freire: um ensaio sobre a atualidade da Pedagogia do Oprimido. Olhar de Professor**. Disponível em: <<https://revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/16749>>. Acesso em 14/07/2021.

FRATI, Roberta Cristiane. **A intervenção do Banco Mundial nas políticas educacionais e os desdobramentos na qualidade da educação**. Disponível em: <<http://www.ensaiospedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/view/121>>. Acesso em 19/07/2021.

ADRIÃO, Theresa; AGUIAR, Márcia A. da Silva; MARQUES, Luciana R. **Políticas e prioridades para a educação básica dos governos estaduais eleitos em 2018: para onde os sistemas estaduais caminham**. Brasília: Anpae, 2019. Disponível em: <<https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/POLITICAS-E-PRIORIDADES.pdf>>. Acesso em 31/07/2021.